

XIV. substituir o Vice-presidente.

2. Composição:

O Comitê disporá de uma Secretaria Executiva, coordenada por um Secretário Executivo.

3. Processo de escolha:

O secretário executivo será indicado pelo Presidente e referendado pelo plenário do Comitê.

4. Mandato:

O mandato será igual ao da diretoria eleita.

5. Impedimentos (vacância):

No impedimento do secretário executivo será feita nova indicação, pelo presidente, que será levada a plenária para ser referendado pelo comitê.

D - COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSORAMENTO

O Comitê Butuí/Icamaquã terá apoio de uma Comissão Permanente de Assessoramento, composta pelo Secretário Executivo e por representantes das entidades membro. Poderão, ainda, compor a Comissão, pessoas convidadas pela Direção.

1. Competência.

Compete a comissão permanente de assessoramento:

I. assessorar o Presidente e o Vice-Presidente do Comitê;

II. propor ao Comitê a criação de Grupos de Trabalho, assim como a sua composição;

III. supervisionar as atividades dos Grupos de Trabalho, emitindo Parecer, quando for solicitado;

IV. encaminhar, à Diretoria, os programas, projetos e ações de interesse da Bacia Hidrográfica;

V. supervisionar os programas, projetos e ações anteriormente propostos e aprovados;

VI. propor à Diretoria, alterações no Regimento Interno;

2. Composição e processo de escolha:

A composição da Comissão Permanente de Assessoramento será definida pela Diretoria e referendada pelo Comitê.

3. Mandato:

O mandato será coincidente com o mandato da diretoria do comitê.

E - GRUPOS DE TRABALHO

1. Duração:

A duração do grupo de trabalho será de acordo com o cronograma do projeto de estudo proposto pela comissão permanente de assessoramento.

2. Forma de constituição:

A composição do grupo de trabalho será proposta pela comissão permanente de assessoramento e referendado pela assembléia do comitê.

IV - REUNIÕES

a) Convocação:

A convocação de todas as reuniões será feita por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, acompanhadas da respectiva pauta.

Para cada reunião ordinária ou extraordinária serão convocados os representantes das entidades membros, titulares e suplentes.

b) Periodicidade:

O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, convocado pelo presidente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, ou por convocação do Presidente ou por requerimento escrito e justificado de 1/3 ou mais do Plenário.

c) Quorum:

As reuniões do Comitê iniciarão com qualquer quorum e para deliberação com no mínimo de um terço.

Será permitida, nas reuniões do Comitê, a presença de qualquer cidadão.

d) Frequência:

Será disponibilizado um livro de presença para cada reunião do comitê com a finalidade do controle de frequência das entidades pertencentes do comitê de bacias hidrográficas dos rios Butuí e Icamaquã.

A entidade cujo representante faltar à reunião sem justificativa escrita, será sempre informada pela Secretaria Executiva.

A instituição cujo representante não comparecer a três reuniões ordinárias do Comitê no período de um ano, sem justificativa, receberá comunicação do desligamento de sua entidade, sendo substituída por uma entidade suplente.

e) Votações:

Poderão votar, os representantes das entidades membro titulares, e, na sua ausência, os representantes das respectivas entidades suplentes.

As votações ocorrerão pela decisão dos representantes presentes com direito a voto, e se darão por maioria simples.

O voto será sempre aberto, exceto no processo eleitoral de presidência, vice-presidência e comissão fiscal, onde a definição da forma de votação será feita segundo sugestão da Comissão Eleitoral, apreciada e aprovada pelo Comitê.

f) Estrutura da reunião:

As reuniões ordinárias não poderão ultrapassar 4 horas de duração, salvo por decisão expressa dos presentes, conforme as regras de votação, e terão a seguinte estrutura básica de pauta: Abertura, Ordem do Dia e Assuntos Gerais.

A pauta das reuniões será definida previamente pelo Presidente, com a colaboração da Comissão Permanente de Assessoramento, podendo o Plenário ou qualquer representante de entidade membro solicitar, desde que em tempo hábil, 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião, inclusão de assunto específico de interesse coletivo.

Na abertura da reunião será procedida a leitura do expediente;

No tratamento da Ordem do Dia, parte principal da reunião, serão apresentados, discutidos e votados, pela ordem, os assuntos constantes da pauta publicada da reunião;

V - PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES

O Comitê poderá convidar, para participar de suas reuniões, sem direito a voto nas deliberações, pessoas físicas ou jurídicas, com atuação na área de abrangência da Bacia Hidrográfica ou de interesse para suas atividades.

VI - ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

A reforma ou alteração deste Regimento Interno dar-se-á pela presença de, no mínimo, dois terços dos representantes com direito a voto, com maioria absoluta, em reunião extraordinária, convocada com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência e com pauta definida.

A proposta de reformulação da composição do Comitê, a ser encaminhada ao Conselho de Recursos Hídricos deverá ser aprovada por dois terços dos seus representantes titulares presentes, das entidades com direito a voto, em reunião extraordinária convocada exclusivamente para este fim, com maioria absoluta.

A reformulação da Composição do Comitê poderá ocorrer por alteração de lei superior.

VII - DO DESLIGAMENTO DE REPRESENTANTES

A instituição cujo representante não comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias do Comitê no período de um ano, sem justificativa, receberá comunicação do desligamento de sua entidade, sendo substituída por uma entidade suplente.

Em caso de desligamento da entidade, o Presidente convocará a entidade suplente correspondente, para ocupar a vaga, sendo que a suplência será preenchida por uma das entidades já cadastradas, escolhida por seus pares, em reunião específica para este fim, que completará o mandato em curso.

A entidade cujo representante faltar à reunião sem justificativa escrita, será sempre informada pela Secretaria Executiva.

VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Os casos omissos neste Regimento serão encaminhados pelo Presidente e referendados pelo Comitê.

Este Regimento entrará em vigor após sua aprovação pelo Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, e publicado no Diário Oficial do Estado.

Código: 747158

RESOLUÇÃO Nº 75, de 20 de outubro de 2010

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí
O CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual n. 10.350, de 30 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º 36.055, de 04 de julho de 1995, e suas posteriores modificações aplicáveis à matéria, e considerando que a proposta de Regimento Interno do Comitê Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí, aprovada na reunião do referido Comitê, realizada no dia 13 de março de 2009, encontrar-se em consonância com as disposições do decreto Nº 37.034, de 21 de novembro de 1996.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí, Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Porto Alegre, 20 de outubro de 2010

Giancarlo Tusi Pinto,

Presidente do CRH/RS

Anexo a Resolução Nº 75/2010

REGIMENTO INTERNO

I. DA DENOMINAÇÃO E SEDE

Art. 1º - O Comitê de Gerenciamento das Águas de Domínio do Estado da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí - Comitê Quaraí - criado pelo Decreto Estadual N.º 45.606, de 14-04-2008, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, previsto na Lei Estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994, será regido por este Regimento, elaborado segundo o Decreto n.º 37.034, de 21 de novembro de 1996 e demais disposições legais pertinentes.

Art. 2º - A sede do Comitê será sempre em um dos municípios da bacia, em território localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí, definido pela Diretoria eleita, durante o seu período de mandato.

II. DA CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ

Art. 3º - O Comitê das Águas de Domínio do Estado da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí terá como membros as entidades ou organismos representativos dos usuários da água, da população da bacia e dos órgãos da administração direta, estadual e federal, relacionados com recursos hídricos, conforme os artigos 13, 14 E 15 da Lei Estadual n.º 10.350/1994.

Parágrafo Único - Os integrantes do Comitê deverão ter plenos poderes de representação dos órgãos ou entidades de origem, conforme dispõe o art. 17 da Lei Estadual n.º 10.350/1994.

Art. 4º - Aos representantes compete cumprir as atribuições do Comitê, definidas no Art. 19 da Lei Estadual n.º 10.350/1994, bem como promover, desenvolver ou auxiliar no desenvolvimento de atividades ou ações que estejam a elas relacionadas, além de aprovar:

I. O Regimento Interno do Comitê e suas alterações;

II. O Plano Anual de Trabalho do Comitê e seu Orçamento;

III. Os relatórios anuais de atividades;

IV. O Programa de trabalho de cada gestão;

V. As atas das reuniões.

III. DA ADMINISTRAÇÃO DO COMITÊ

A. Presidência e Vice-Presidência

Art. 5º - O Comitê terá uma Diretoria constituída por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos, dentre seus membros, por maioria absoluta de votos e um Secretário Executivo, com mandato de dois anos.

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente, e posse da Diretoria, ocorrerá até 60 (sessenta) dias após a renovação do Plenário, em reunião ordinária.

Art. 6º - Ocorrendo o afastamento definitivo do Presidente e do Vice-Presidente, o Comitê reunir-se-á no prazo de 30 (trinta) dias para eleger os substitutos, que completarão o mandato em curso.

§ 1º Ocorrendo o afastamento temporário ou definitivo do Presidente, assumirá o Vice-presidente.

§ 2º Ocorrendo o afastamento definitivo, do Vice-presidente, mesmo que para ocupar o cargo de Presidente, o Presidente convocará eleição para preenchimento do cargo, em 30 (trinta) dias, sendo que o substituto completará o mandato.

Art. 7º - Compete ao Presidente do Comitê:

I. representar o Comitê em todos os atos a que deva estar presente ou designar representante;

II. convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê e presidi-las;

III. assinar expedientes e atas das reuniões juntamente com o Secretário Executivo;

IV. encaminhar às instituições-membro todos os atos e decisões aprovadas pelo Comitê;

V. executar e fazer executar as deliberações tomadas em reunião pelo Comitê;

VI. elaborar o programa de trabalho para sua gestão, submetendo-o à apreciação do Comitê na primeira reunião ordinária do seu mandato;

VII. designar relatores para as matérias a serem apreciadas pelo Comitê, fixando os prazos para apresentação dos relatórios;

VIII. autorizar, juntamente com o Secretário Executivo, despesas administrativas no âmbito do Comitê;

IX. cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e a Legislação em vigor;

X. o direito de exercer o voto de desempate;

XI. submeter à aprovação do Comitê, a cada reunião ordinária, a(s) ata(s) da(s) reunião (reuniões) anterior(es);

XII. desempenhar outras atribuições inerentes ao cargo.

Art. 8º - Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente em suas tarefas e atribuições e substituí-lo em seus impedimentos.

B. Secretaria Executiva

Art. 9º - O Comitê manterá uma Secretaria Executiva que será composta por um Secretário Executivo, e quantos auxiliares a diretoria resolver, com a finalidade de obter o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades pertinentes.

§ 1º O Secretário Executivo é da indicação do Presidente e será referendado pelo plenário do Comitê e terá mandato coincidente com o da Diretoria.

§ 2º Ocorrendo o afastamento temporário, ou definitivo, do Secretário Executivo, o Presidente indicará um substituto, devendo este ser, novamente, referendado pelo plenário do Comitê.

Art. 10º Compete ao Secretário Executivo:

I. organizar e coordenar os trabalhos da Secretaria Executiva;

II. representar o Comitê por designação do Presidente, no impedimento do Vice-Presidente;

III. convocar as reuniões do Comitê, quando determinado pelo Presidente;

IV. secretariar as reuniões do Comitê, lavrando as atas;

V. auxiliar o presidente na elaboração e apresentar ao Comitê os programas anuais de trabalho, com os respectivos orçamentos;

VI. assessorar o presidente e o seu vice;

VII. manter o expediente e os arquivos da Secretaria Executiva;

VIII. convocar o Comitê, por escrito, no prazo previsto no art. 15, sempre que ocorrer a situação prevista no Art. 6º;

IX. coordenar as atividades da Comissão de Assessoramento;

X. exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Comitê em reunião ordinária ou extraordinária;

XI. comunicar a entidade titular, cujo representante não comparecer à reunião do Comitê.

XII. elaborar o relatório anual de atividades do Comitê, submetendo-o à apreciação do mesmo na última reunião ordinária de cada ano;

XIII. autorizar, juntamente com o presidente, despesas administrativas no âmbito do Comitê.

C. Comissão Permanente de Assessoramento

Art. 11º - O Comitê terá apoio de uma Comissão Permanente de Assessoramento.

Art. 12º - A Comissão Permanente de Assessoramento será composta por representantes das entidades que o integram, e por pessoas indicadas pelos órgãos e entidades-membro do Comitê, preferentemente entre seus representantes.

Parágrafo Único: A composição da Comissão Permanente de Assessoramento será definida pela Diretoria e referendada pelo plenário do Comitê, tendo mandato coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 13º - Compete à Comissão Permanente de Assessoramento:

I. assessorar o Presidente do Comitê;

- II. propor ao Comitê a criação de grupos de trabalho e indicar técnicos;
 III. supervisionar as atividades dos grupos de trabalho;
 IV. encaminhar à Diretoria e submeter à aprovação do Comitê, programas e ações no âmbito da bacia hidrográfica;
 V. apresentar ao Comitê a situação de programas e ações anteriormente propostos e aprovados;
 VI. propor ao Comitê alterações no Regimento Interno.

D. Dos Grupos de Trabalho

Art. 14º - Os Grupos de Trabalho têm a finalidade de realizar estudos e executar tarefas específicas, com duração pré-fixada e serão constituídos e desfeitos, de acordo com as necessidades.

Parágrafo Único - Os grupos de trabalho serão constituídos por representantes de entidades-membro do Comitê e ou por especialistas.

IV. DAS REUNIÕES

Art. 15º - O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, em até dois meses, convocado pelo Presidente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e extraordinariamente, sempre que necessário, convocado com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo Primeiro - Os representantes poderão solicitar ao Presidente, por escrito, a convocação de reunião extraordinária, com justificativa assinada por, no mínimo, um terço de seus membros.

Parágrafo Segundo - Na primeira reunião ordinária de cada ano, o Comitê decidirá sobre o intervalo entre as reuniões ordinárias, bem como sobre o agendamento prévio das mesmas para todo o ano.

Art. 16º - As reuniões do Comitê funcionarão com a presença de, no mínimo, um terço dos representantes e deliberará por maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único - Para as reuniões, serão sempre convocados os representantes das entidades titulares e convidados os representantes das entidades suplentes.

Art. 17º - Todo representante terá direito à palavra no Comitê, que o Presidente assegurará pelo tempo definido pela mesa coordenadora dos trabalhos, sendo este previamente comunicado, não podendo, entretanto, desviar-se da discussão proposta.

Parágrafo Único - O representante membro do Comitê poderá conceder apartes, segundo critério seu, dentro do tempo da sua inscrição.

Art. 18º - As reuniões do Comitê terão a duração de 4 (quatro) horas no máximo, com possibilidade de prorrogação de acordo com a exigência da pauta e obedecerá a seguinte ordem: ABERTURA; ORDEM DO DIA E ASSUNTOS GERAIS.

§ 1º Na abertura da reunião deverá ser verificada a existência de quorum mínimo, procedida a leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior e a leitura do expediente;

§ 2º No tratamento da Ordem do Dia, parte principal da reunião, serão apresentados e discutidos, pela ordem, e votados os assuntos constantes da pauta publicada e enviada às entidades-membro junto à convocação da reunião;

§ 3º Nos assuntos gerais deverá ser reservado espaço de até meia hora para "pequenas comunicações", com direito a três minutos de uso da palavra para cada representante;

§ 4º Nos assuntos gerais deverá ser reservado espaço de até 15 minutos para a TRIBUNA LIVRE, assegurada a sua utilização para pessoas que, não tendo assento no Comitê, queiram versar sobre assunto de interesse da bacia.

§ 5º Após a realização de cada reunião, serão encaminhadas cópias da ata aos representantes titulares, suplentes e à direção de todas as entidades-membro do Comitê, dentro de um prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 6º As alterações propostas à redação da ata deverá ser encaminhada pelos representantes das entidades-membro até 72 (setenta e duas) horas antes da realização da próxima reunião ordinária do Comitê Quarai.

V. DAS PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES

Art. 19º O Comitê poderá convidar, para participar de suas reuniões, sem direito a voto nas deliberações, pessoas físicas ou jurídicas, com atuação na bacia hidrográfica ou de interesse para suas atividades.

VI. DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 20º - As entidades-membro, representantes de cada categoria ou setor dos grupos de usuários da água e da população da bacia, serão eleitas, a cada dois anos, em colégio constituído pelas entidades previamente inscritas junto ao Comitê para esta finalidade, de acordo com este Regimento.

§ 1º Cada Categoria ou Setor elegerá as entidades que o representarão, em número definido, conforme a composição de que trata o Decreto Estadual n.º 45.606, de 14/04/2008.

§ 2º As entidades-membro poderão ser reconduzidas, desde que se submetam à nova eleição nos termos do Caput deste Artigo.

§ 3º O processo eleitoral será definido até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a eleição das entidades, em reunião ordinária, pelo Comitê.

§ 4º A posse dos representantes das entidades membro eleitas, ocorrerá em reunião ordinária marcada para, no máximo, 60 (sessenta) dias após aquela em que ocorrer a eleição para a renovação do plenário.

Art. 21º - As entidades da administração direta, Federal e Estadual serão indicadas nos termos do Art. 13, Inciso III da Lei Estadual n.º 10.350/1994, a cada dois anos, pelos respectivos Poderes Executivos, em processo coordenado pelo Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, sendo permitida a recondução.

VII. DO DESLIGAMENTO DE REPRESENTANTES E ENTIDADES MEMBROS

Art. 22º - A entidade membro titular cujo representante não comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas do Comitê, sem justificativa apresentada por escrito até a data da reunião, receberá comunicação do desligamento dos seus representantes, por Aviso de Recebimento, e será solicitada a fazer nova indicação.

§ 1º Caso não haja manifestação da entidade-membro no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento da competente comunicação, o assunto será levado à discussão em reunião do Comitê, que deliberará pelo desligamento definitivo da entidade membro.

§ 2º Ocorrendo o desligamento definitivo da entidade, o Comitê convocará a entidade suplente correspondente para suprir a vacância.

§ 3º A vaga da entidade suplente será preenchida por outra entidade da mesma categoria ou subgrupo, dentre os já inscritos no processo eleitoral para o período;

§ 4º A entidade cujo representante faltar à reunião sem justificativa escrita, será sempre informada.

§ 5º A justificativa, por ofício, da entidade membro, para a ausência do seu representante, enviada ao Comitê deverá ser em papel timbrado da entidade e será lida em plenário, na parte da reunião destinada ao Expediente, sendo decidido, pelos presentes, membros do Comitê, sobre a aceitação ou não da justificativa.

§ 6º A entidade que tiver seu representante substituído segundo o caput deste Artigo e cujo novo representante faltar a uma reunião do Comitê, sem justificativa, durante o período restante de sua gestão, será desligada, segundo procedimento especificado nos parágrafos 2º e 3º deste Artigo.

VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23º - O Comitê definirá, juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho dos Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul, a forma de manutenção da Secretaria Executiva enquanto não estiver sendo praticado o princípio usuário-pagador.

Art. 24º - A aprovação, reforma ou alteração deste Regimento Interno, dar-se-á por maioria absoluta dos representantes legais, em reunião extraordinária do Comitê, convocado pelo presidente com antecedência de 5 (cinco) dias.

Art. 25º - A proposta de alteração da composição do Comitê deverá ser aprovada por 2/3 de seus membros, em reunião extraordinária.

Art. 26º - O voto nas reuniões do Comitê será sempre aberto, podendo em casos excepcionais ser secreto se a plenária assim o decidir.

Art. 27º - Este Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação pelo Comitê, homologação pelo Conselho de Recursos Hídricos - RS e publicação no Diário Oficial do Estado.

SÚMULA DE TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

I - PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Meio Ambiente, e Sr. Dionysio Tedesco e Sra. Wilma Bier Tedesco. II - OBJETO: Locação de um lote de terreno urbano, com área 418 m2, contendo uma casa de alvenaria, assobradada, com área construída de aproximadamente 276,40 m2, localizado na Rua Campos Sales, nº 467, Vila Rodrigues, em Passo Fundo/RS, sendo destinado seu uso para sede do Balcão Ambiental e Agência Florestal de Passo Fundo, pertencente ao Departamento de Florestas e Áreas Protegidas- DEFAP, da Secretaria do Meio Ambiente- SEMA, bem como para uso da FEPAM E PATRAM. III - PRAZO: A vigência do presente Contrato tem início na data de publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado e término no prazo de 12 (doze) meses. IV - VALOR: O valor locatício do imóvel é de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais) mensais. V - RECURSO FINANCEIRO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro: U.O.: 05.01; Projeto/Atividade: 6331; Elemento: 3.3.90.36.3614; Recurso: 0001; Empenho nº 10003466703; Data: 18/10/2010. VI - ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Processo Administrativo nº 697-0500/10-5. Secretaria do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, nº 55, 9º andar, Porto Alegre/RS.

Porto Alegre, 01 de novembro de 2010.

Giancarlo Tusi Pinto

Secretário de Estado do Meio Ambiente

Código: 747160

PORTARIA SEMA N° 054, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre o regime de tramitação dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades prioritários para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições elencadas na Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, e Lei Estadual nº 12.697, de 04 de maio de 2007, e considerando a necessidade da conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e populações para assegurar o sucesso e a realização das competições da Copa do Mundo FIFA 2014;

considerando a Matriz de Responsabilidade firmada entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sob o regime de mútua cooperação, com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;

considerando a manifestação favorável da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM acerca da tramitação prioritária dos licenciamentos ambientais de empreendimentos e atividades para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;

considerando a disposição de motivos lançado nos autos do expediente administrativo nº 7226-0500/10-8 às fls. 03/04;

RESOLVE:

Art. 1º - Os empreendimentos e atividades prioritários para a Copa do Mundo FIFA 2014, previstos na Matriz de Responsabilidades firmada entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte, o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que necessitam de licenciamento ambiental, terão tramitação preferencial junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler.

Parágrafo Único - Os empreendimentos e atividades prioritários para a Copa do Mundo FIFA 2014 considerados pela Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014 do Estado do Rio Grande do Sul e por esta Secretaria do Meio Ambiente terão o mesmo regime de tratamento disposto no *caput* deste artigo.

Art. 2º - Fica instituída Coordenação, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, ligado diretamente ao Gabinete, com função gerencial, para acompanhamento do licenciamento dos empreendimentos e atividades prioritários para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Art. 3º - A Coordenação de que trata o art. 2º desta Portaria, tem por objetivo:

a) realizar, em conjunto com os responsáveis da área de licenciamento, avaliação prévia dos empreendimentos e atividades referidos na Matriz de Responsabilidades e nas propostas do Governo do Estado, com o designio de identificar eventuais problemas em relação ao licenciamento e apontar medidas de saneamento;

b) propor eventuais medidas de racionalização de procedimentos e/ou aperfeiçoamentos normativos visando à melhoria dos licenciamentos ambientais das obras destinadas à Copa do Mundo FIFA 2014, abrangendo normatização, prazos e infraestrutura administrativa.

c) acompanhar e fornecer informações sobre o andamento dos processos de licenciamento para o sistema informatizado denominado *Estrutura de Acompanhamento dos Projetos*, sob responsabilidade do Ministério do Esporte.

Art. 4º - A Coordenação de que trata o art. 2º desta Portaria ficará sob a responsabilidade de representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler e será composta por equipe de apoio formada por representantes do Departamento de Floresta e Áreas Protegidas - DEFAP desta Secretaria do Meio Ambiente e da Divisão de Saneamento Ambiental - DISA da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2010.

Giancarlo Tusi Pinto

Secretário de Estado do Meio Ambiente

Expediente administrativo nº 7226-0500/10-8

Código: 747161

Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM

Diretora-Presidente: Regina Telli

End: Rua Carlos Chagas, 55

Porto Alegre/RS - 90030-020

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO N° 28/2010 - DPRES

Nomeia Grupo de Trabalho para análise dos processos administrativos n.ºs 8694-0567/09-9 e 00716-05.67/05-7 - Licenciamento Ambiental Loteamento Residencial - Costa Serena, no Município de Capão da Canoa n- RS. **A DIRETORA-PRESIDENTE DA FEPAM**, no uso de suas atribuições,

DETERMINA:

Art.1º - Designo os técnicos, Geólogo Mattos? Alem Roxo (coordenador), Geólogo Vicente Valdez Biermann, Engenheiro Civil Rafael Volquind e Bióloga Rosaura Heunrich, no prazo de 15(quinze) dias a contar da formalização deste Ato, comporem o Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar as considerações apresentadas pelo Ministério Público Federal e pelo Empreendedor Idealiza Empreendimentos Imobiliários Ltda, frente ao licenciamento ambiental dos processos administrativos n.º.s 8694-0567/09-9 e 00716-05.67/05-7, referente ao Loteamento Residencial - Costa Serena, no Município de Capão da Canoa n- RS.

Art.2º - Esta ordem de serviço entra em vigor a partir desta data, devendo a mesma ser publicada no Diário Oficial do Estado. Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

Regina Telli, Diretora Presidente da FEPAM.

Código: 747155

Código: 747159